

MIDIATIVISMO À BRASILEIRA: APONTAMENTOS SOBRE SUJEITO E PODER

*MEDIACTIVISM THE BRAZILIAN WAY:
CONSIDERATIONS ON SUBJECT AND POWER
ACTIVISMO MEDIÁTICO A LA BRASILEÑA:
CONSIDERACIONES SOBRE SUJETO Y PODER*

DENISE ANZORENA SIMEÃO¹
MARIA DE FÁTIMA SILVA AMARANTE²

Submissão: 15/07/2019
Aprovação: 28/10/2020
Publicação: 21/12/2020

¹ Graduada em Comunicação Social – UFRGS e Mestra em Linguagem, Mídia e Arte - PUC Campinas.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7819-8705>. E-mail: denisesimeao@uol.com.br.

² Professora e pesquisadora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em “Linguagens, Mídia e Arte” do Centro de Linguagem e Comunicação da PUC-Campinas.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2787-9003>. E-mail: fatimaamarante@uol.com.br.

RESUMO

O presente artigo trata do processo de constituir-se sujeito no capitalismo pós-industrial, da questão da(s) identidade(s) e das formas como essas se articulam nos processos de relação com os poderes, a partir da perspectiva do sujeito ético (Foucault) e do sujeito pessoal (Touraine) e da noção de multidão (Negri). Seu objetivo é delinear aspectos dos modos de subjetivação, identidades e autoria nos movimentos sociais contemporâneos e de seus correlatos nas mídias sociais, apoiando-se nas experiências de mobilizações brasileiras ocorridas em junho de 2013 e no coletivo midiativista Mídia Ninja. Para tanto, realiza análise de narrativas midiáticas, considerando condições de produção e materialidade discursiva, de modo a melhor compreender o sujeito e as relações de poder no midiativismo brasileiro.

Palavras-Chave: Midiativismo. Sujeito. Identidade. Narrativa. Mídia Ninja.

ABSTRACT

This article approaches the process of becoming a subject in the post-industrial capitalism, the issue of identity(ies), and their articulation with the processes of power relationships, from the perspective of the ethical subject (Foucault) and of the personal subject (Touraine), as well as of the notion of multitudes (Negri). Its objective is to delineate aspects of the modes of subjectivization, identities and authorship in contemporary social movements and their correlates in the social media, looking for support in contemporary Brazilian movements that took place in June, 2013, and in the media collective organization *Mídia Ninja*. In order to accomplish this aim, analysis of mediatic narratives is made, considering production conditions and discursive materiality, making it possible to better understand the subject and power relations in the Brazilian mediactivism.

Keywords: Mediactivism. Subject. Identity. Narratives. Mídia Ninja.

RESUMEN

El presente artículo trata del proceso de constituirse sujeto en el capitalismo postindustrial, el asunto de la(s) identidad(es) y de las formas como estas se articulan en los procesos de relación con los poderes, a partir de la perspectiva del sujeto ético (Foucault) y del sujeto personal (Touraine) y de la noción de multitud (Negri). Su objetivo es delinear aspectos de los modos de subjetivación, identidades y autorías en los movimientos sociales contemporáneos y de sus correlatos en las redes sociales, apoyándose en las experiencias de movilizaciones brasileñas ocurridas en junio de 2013 y en el colectivo activista mediático Mídia Ninja. Para ello, analiza las narrativas mediáticas, considerando las condiciones de producción y la materialidad discursiva, con el fin de comprender mejor el sujeto y las relaciones de poder en el activismo mediático brasileño.

Palabras Clave: Activismo mediático. Sujeto. Identidad. Narrativa. Mídia Ninja.

Este trabalho lança um olhar sobre o midiativismo contemporâneo, focalizando, em especial, o caso brasileiro das manifestações de junho de 2013 e sua mediação pelo coletivo Mídia Ninja (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação), uma rede de ativistas que foi pioneira no uso de plataformas digitais para transmissões “ao vivo” de manifestações sociais³. A análise das narrativas midiáticas, incluindo condições de produção e materialidade discursiva abordam três questões: a) o sujeito manifestante ou sujeito Mídia Ninja; b) identidades na multidão; c) a ação colaborativa.

Evidentemente, os modos de subjetivação e a forma de compreendê-los não estão dissociados das características de seu tempo. As noções de sujeito, na relação intersubjetiva ou em todas as formas de relação, dizem respeito aos pensamentos que marcam uma determinada sociedade, seu modo de produção e organização social.

Ao pensar a questão da identidade, Hall (2006) já destacava três sujeitos em tempos distintos. O primeiro seria o sujeito do Iluminismo, autocentrado, unificado e dotado de razão, possuindo uma essência que constituía sua identidade. Segundo o autor, a modernidade, por sua vez, foi marcada pela noção de sujeito sociológico, que mantém um núcleo interior, um “eu”, mas que não se constitui de forma autônoma, precisando do outro para constituir-se. É o que ele apresenta como concepção interativa da identidade.

O sujeito sociológico, todavia, ainda está no registro de um sujeito unificado e estabilizado e de uma concepção da sociologia clássica que compreende a sociedade como um todo. Entretanto, cabe apontar que a própria dinâmica da modernidade produziu aceleradas mudanças no nível tecnológico, da produção, da territorialidade e nas relações sociais e de poder. Tal dinâmica produziu deslocamentos para fora desse “todo”, em situações de maior complexidade, fragmentação e multiplicidade, efemeridade e novas formas de se compor, constituindo, inclusive, a relação sujeito-objeto. A esse processo corresponderia o terceiro sujeito de Hall (2006), o pós-moderno, sem uma identidade fixa. Nas palavras do autor:

³ Para informações adicionais sobre Mídia Ninja, ver: Simeão (2019).

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu". (HALL, 2006, p. 13).

Esse variado rol de possibilidades e formas de identificações e de reconhecer-se no mundo compreende, inclusive, uma dimensão tecnológica. A incorporação de novos dispositivos tecnológicos, seja pelas redes virtuais, por componentes protéticos, pela manipulação genética ou pela vida artificial, produz também uma nova consciência de si e de sua relação com o mundo.

A simplificação de um sujeito social no capitalismo industrial organizado em torno da sua identidade de classe e da sua posição quanto aos meios de produção, expressa na oposição Capital x Trabalho, não dá mais conta de explicar a tomada de consciência de si e a relação com o outro. À noção de exploração, somam-se outras noções, como opressão e dominação que colocam a questão do território e da captura dos desejos e da nossa existência, e a partir das relações de poder e das práticas de si que pretendemos privilegiar o debate em torno desse sujeito que emerge das manifestações contemporâneas e do novo ciclo do capitalismo em sua faceta pós-industrial.

As contradições do Capital se ampliam sobre outras relações e amplificam seu controle, adestramento ou destruição sobre o meio ambiente, sobre a sexualidade, sobre a religião, sobre a ocupação do espaço, sobre as raças e etnias, sobre os nossos corpos. Em decorrência, cada sujeito é afetado na sua singularidade composta pelas múltiplas identificações que o constituem. Não se trata mais apenas de entender-se como trabalhador ou como mulher ou como indígena. É possível identificar-se como homem, ribeirinho, católico, pai, seringueiro, por exemplo, entre tantas outras possibilidades que o tornam singular na forma como o poder o atravessa e é sentido pelo seu corpo. Como afirma Pelbart (2007), o biopoder tornou-se ele próprio pós-moderno, esparramado, em rede, molecular.

(...) o poder tomou de assalto a vida. Isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, e as pôs para trabalhar. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade. Tudo isso foi violado, invadido, colonizado; quando não diretamente expropriado pelos poderes. (PELBART, 2007, p. 57).

Para além do Capital, da mídia, dos governos, Foucault (1995) também chamou atenção para as relações de poder em outras esferas das relações sociais, e conferia a tais relações de poder os próprios significados atribuídos à palavra “sujeito”, como ato de sujeitar-se a alguém ou a sua própria identidade por autoconhecimento.

As relações de poder tornam-se uma das principais chaves de leitura de Foucault (1995) para pensar os modos de objetivação e subjetivação do indivíduo. Enquanto as práticas objetivantes ou disciplinares buscam adestrar o indivíduo, e as práticas discursivas também nos constituem e se relacionam com o poder, as práticas ou técnicas de si retomam a relação consigo e constroem uma dimensão ética na relação com os saberes e poderes.

Em que pese a ideia por vezes dominante em nosso imaginário de que voltar-se para si pode tornar-se um sinal de equivalência ao individualismo ou egoísmo, e ao fato de que o conhecimento de si se dá a partir de aparatos externos em que o sujeito é um objeto a ser interpretado, a noção aqui apresentada é a de um conhecimento de si que pressupõe o cuidado de si, no sentido de um retorno a si mesmo para a constituição de uma ética em sua existência e sua forma de se colocar no mundo, tornando-se um intérprete que toma parte na sua própria constituição. Essa abordagem significa pensar o sujeito do ponto de vista de um *ethos* nas relações de poder e, “mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias” (FOUCAULT, 1995, p. 234). Mais precisamente, trata-se de considerar que a questão do viés antagônico das estratégias que constituem as relações de poder explicita um modo privilegiado de ação do sujeito quando deparado com relações de poder, qual seja, a resistência.

Finalmente, todas estas lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós? Elas são uma recusa a estas abstrações. Do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente. E também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos. Em suma, o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto "tal ou tal" instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder. (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Faz-se necessário ressaltar que essa ideia de “retorno a si” não diz respeito à retomada de um sujeito do Iluminismo. Primeiramente, porque não se trata de um sujeito autocentrado e unificado. As práticas subjetivantes, como já exposto, se dão com relação a outras práticas que são objetivantes. Portanto, estão na relação consigo mas também na relação com o outro, que exerce seu poder ou sobre o qual o poder é exercido. Nessa perspectiva, o sujeito não é estático e simplesmente determinado, uma vez que os poderes e saberes se alteram e se deslocam, e porque o sujeito sempre pode estar em consonância ou se colocar em movimento de resistência a certos modelos, esquemas, padrões e normatividades. Esse caráter não estático das relações sociais, que articula permanentemente resistência e poder, foi apontado por Foucault (2006a, p. 232): “De fato, as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis”. Ademais, na articulação poder/resistência constituem-se as diferentes identidades que podem ser atribuídas a um sujeito – uma identidade étnica ou racial numa resistência à dominação territorial ou religiosa; uma identidade de gênero numa resistência à submissão; uma identidade profissional ou de classe numa resistência à exploração, entre tantas outras possibilidades em que o sujeito adquire diferentes posições enunciativas.

Ainda nesse registro de subjetivação, encontra-se a formulação de Touraine (2009). Para ele, em semelhança ao que foi apresentado neste trabalho sobre as formulações de Foucault, o tornar-se sujeito se dá numa relação consigo mesmo em resistência a outras práticas, o que permite ao sujeito afirmar-se como tal e as suas constituições identitárias. O autor faz essa abordagem pensando o sujeito e a resistência desde os movimentos sociais e no papel do sujeito nos grandes processos de transformação sociais, culturais e políticos,

considerando as novas características desses movimentos na sociedade contemporânea pós-industrial.

Não se trata, pois, de pensar nesses movimentos como homogêneos, massificados e sem distinções internas já que Touraine (2009) considera como elementos fundamentais a pertença e as relações sociais, mas inclui também os direitos culturais. Com isso, ele traz a noção de “sujeito pessoal”, que pode ser individual ou coletivo, que luta para ser reconhecido.

É possível verificar em alguns movimentos de resistência contemporâneos essa afirmação de uma existência que deve ser contemplada em suas necessidades. Em 2013, nos Estados Unidos, após a absolvição de George Zimmerman, acusado de ter disparado os tiros que resultaram na morte de um adolescente negro, a *hashtag* #BlackLivesMatter obteve repercussão nas redes sociais digitais, originando posteriormente um movimento ativista naquele país e no mundo. A afirmação “vidas negras importam” passou a ser usada no Brasil em situações cuja ação policial e a desigualdade de tratamento no sistema de Justiça por condição racial ficaram evidentes.

Um caso similar pode ser verificado na questão de gênero. O 8 de março de 2017, Dia Internacional da Mulher, foi construído mundialmente sob o mote “se nossas vidas não importam, produzam sem nós”. Outras campanhas dos movimentos de mulheres também remetem à condição existência e direitos, como o *Ni Una Menos*, que surgiu na Argentina.

Todos esses casos são permeados pela questão da manutenção biológica e física, mas também pela legitimação de segmentos étnicos, de gênero e de classe que resistem aos poderes estabelecidos. É uma luta com perspectivas imediatas, mas também em perspectiva histórica.

Além da noção de “sujeito pessoal”, Touraine (2009) define um traço nas relações intersubjetivas como necessário para alçar-se à condição de sujeito. Ao refletir sobre sujeito e identidade, é possível dizer que o sujeito é fruto de múltiplas identificações, e que essa identidade ou identidades que tomamos para nós mesmos são constituídas e atravessadas pelo outro (CORACINI, 2003). No entanto, esse ato de nos reafirmarmos não ocorre apenas por

oposição ao outro. Pode ocorrer pela falta, pela incompletude e, no que aponta Touraine, pelo reconhecimento do direito do outro.

(...) esta elevação do indivíduo em direção a ele mesmo enquanto sujeito só pode ser feita pelo reconhecimento do outro como sujeito: é ao reconhecer o outro como sujeito que posso me reconhecer eu mesmo como sujeito. Reconhecer o outro como sujeito é reconhecer a capacidade universal de todos se fazerem sujeitos. Este raciocínio central nos faz sair do isolamento, da clausura que tínhamos estar nos levando o tema do sujeito, tornando impossível toda comunicação com os outros atores sociais. (TOURAINÉ, 2009, p. 196).

A costura desses elementos que colocam a tomada de posição dentro das relações de poder como centro do “constituir-se sujeito”, o entendimento do sujeito atravessado por múltiplas identificações e as suas relações dentro dos processos de resistências que evocam o cuidado de si e também o reconhecimento do direito do outro são a base para analisar os processos de lutas contemporâneas a seguir.

O tema do 14º EFLAC Uruguai (2017) – *Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe a Articulación Feminista Mercosur* foi “Diversas, mas não dispersas”. Esse mote, de alguma forma, ilustra a reflexão feita no movimento de mulheres sobre as condições plurais que envolvem o feminismo, na medida em que, entre as mulheres, existem situações socioeconômicas distintas. No âmbito mais geral, por muitos anos, o feminismo vem debatendo a noção de “feminismos”, da mesma forma que outros setores buscam romper com um padrão normativo de uma mulher genérica que resiste ao patriarcado.

De certa forma, esse caso exemplifica bem as questões singularidade e multiplicidade traçadas no debate de subjetivação. A resistência passa a ser pensada como “resistências”, que podem ser rupturas, contestações de maior ou menor impacto, breves ou duradouras, transitórias e agem em várias frentes, assim como é exercido o poder.

Se o poder circula de forma imanente, fragmentada e acentrada, também as resistências introduzem clivagens e procedem por (contra)estratégias. Estamos diante de uma pulverização da noção de resistência, sem, contudo,

excluir seus movimentos maciços. O que é uma revolução para Foucault? Ela só é possível por meio de uma codificação estratégica desses pontos de resistência, um pouco como o Estado só é possível apoiando-se sobre uma multiplicidade institucional de relações de poder. (ALVIM, 2012, p. 26).

As estratégias que surgem da construção múltipla e conflituosa de processos de subjetivação na contemporaneidade ganham centralidade na medida em que nos perguntamos: Como articular esses corpos políticos num sentido comum? Daí decorreria a necessidade, apontada por Touraine (2009), de reconhecer o direito do outro como sujeito e experimentações que alguns movimentos com características menos hierarquizadas vêm buscando desenvolver nos últimos anos, como assembleias permanentes e a construção de consensos progressivos, que rompem com a ideia de um “sujeito histórico” ao qual cabe dar direção ao movimento em sobreposição aos demais. Negri (2008) analisa esse novo modo de manifestação do sujeito a partir do conceito de “multidão”.

(...) O conceito de multidão deriva da relação entre uma forma constitutiva (da singularidade, da invenção, do risco, que nos leva a qualquer transformação do trabalho e da nova medida do tempo) e uma prática de poder (a tendência destrutiva do valor-trabalho que o capital hoje em dia está obrigado a pôr em prática). Contudo, se antes o capital podia reduzir a multiplicidade das singularidades a algo orgânico e unitário – uma classe, um povo, uma massa, um conjunto –, hoje, esse processo falha em seu mais íntimo: não funciona mais. A multidão deve ser pensada então, necessariamente, como uma multiplicidade não orgânica, diferenciada e potente (NEGRI, 2008, p. 57).

A multidão, para Negri (2008), aponta uma perspectiva política e de ação frente ao capitalismo contemporâneo e seu aspecto pós-industrial. A multidão procura ser um conceito cuja potencialidade expressa outro modo de ação e, conseqüentemente, um outro modo de manifestação do sujeito que se constitui pela resistência. Sujeito múltiplo em seus processos de subjetivação, atravessado por diversas relações e constituído a partir de múltiplas identidades circunscritas no tempo e no espaço. A multidão procura, assim, ser o vetor cuja multiplicidade se manifesta, propiciando um canal efetivo para responder às novas relações de poder impostas na contemporaneidade.

Sobre a potência aplicada à multidão, Negri (2004) compreende ser uma capacidade inerente enquanto (i) possibilidade e (ii) força. No que diz respeito ao sentido (i), a possibilidade da multidão é expressa pela capacidade de transição característica desse conceito e percebida a partir das transformações dos grupos sociais organizados em consonância com as transformações típicas do capitalismo contemporâneo. A multidão, no curso da história recente, acompanha as transformações sociais, econômicas e as lutas políticas, respondendo às demandas de transformação. Nessa medida, a multidão, a partir dessa característica de ser algo que se modifica, pode vir a ser uma nova modalidade de manifestação do sujeito em sua multiplicidade. No que concerne ao sentido (ii), qual seja, “potência”, entendida como força, o autor supracitado sustenta que a multidão não apenas tem em si a capacidade de poder vir a ser algo que acompanha processos de transformação, mas também tem por característica ser potente para gerir novas manifestações de resistência. Trata-se, assim, de uma capacidade de transformação ativa na ordem social onde a multidão se manifesta.

Bem se sabe que o capitalismo ganha cada vez mais contornos imateriais e isso modifica a compreensão que se tem do conceito de trabalho, e, em decorrência, de multidão. Em outras palavras, amplifica-se o entendimento de multidão. Esta pode vir a ser o conceito que sintetiza essa mudança sob o viés da constituição de um novo modo de resistência que, por ser complexa e múltipla, acaba por ser ativamente potente, articulando e colocando essas singularidades a trabalharem em cooperação, para dar conta de uma nova configuração do mundo contemporâneo.

É da reflexão sobre essa ação colaborativa, como forma de articulação das resistências, que se insere o contexto do midiativismo e da experiência da Mídia Ninja.

“Tudo ao mesmo tempo agora”⁴ seria uma boa definição para as Jornadas de Junho de 2013, pois trata-se da história analisada no presente, com manifestações quase que diárias protagonizadas por célebres desconhecidos, com uma vivência em meio a diferenças, com a

⁴ Nome do álbum lançado, em 1991, pela banda de rock Titãs.

produção de novos efeitos de sentido. Esta produção, potencializada pelas tecnologias em redes digitais e pelo midiativismo, configura o que Bentes (2015) definiu como Mídia-Multidão.

A discussão que interessa é como as redes sociais, com sua miríade de singularidades e processos de subjetivação, rompem com a lógica da reprodução através da informação e da comunicação que neutraliza e domestica os acontecimentos, reduzindo a imprevisibilidade, conformando ao já sabido. Essa proliferação e disseminação pós-mídias de massa já está acontecendo e criando uma nova ecologia “midialivrista”, uma quantidade enorme de coletivos, redes, grupos e também “perfis”. Pessoas que individualmente começam a se ver e assumir como produtores relevantes de conteúdos. Essa percepção de que a mídia somos nós, esse conjunto de singularidades que podemos acessar, com quem podemos interagir e trocar realmente, é uma mutação antropológica. (BENTES, 2015, p. 12).

A noção de como construir as relações entre os muitos “eus” não deixa de ser uma forma de pensar em como articulamos um “nós”, buscando efetivamente que se formem “laços”. Na Jornadas de Junho de 2013, essa “Mídia-Multidão” tinha uma percepção de si como alternativa a seu projeto antagônico: a mídia empresarial.

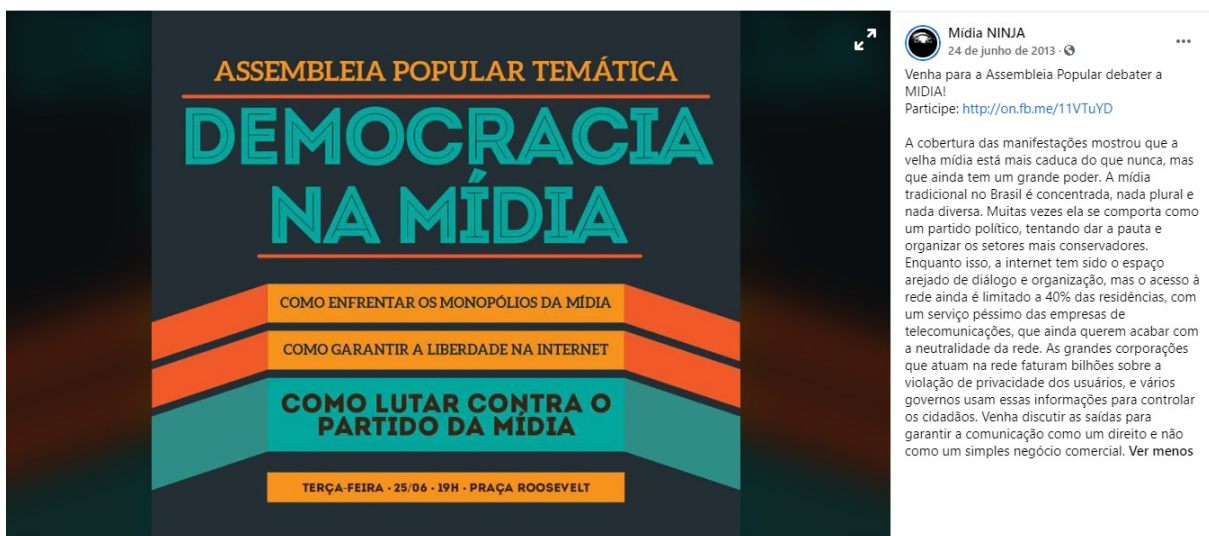


Figura 1 - Captura de tela do Facebook 1. Fonte: Mídia Ninja⁵.

A denominação geral “velha mídia” já parece abarcar um conjunto de características que podem ser atribuídas não apenas à mídia, mas ao registro de sociedade ao qual essa mídia corresponde: concentrada, nada plural e nada diversa. Por oposição, podemos deduzir os novos sentidos que queremos dar para a mídia e para as relações sociais. A estratégia que se opõe a um poder concentrado da mídia, descrita como um partido, é a de um poder compartilhado que se consubstancia na assembleia, em que cada voz que se faz ouvir é mais do que uma representação, é uma democracia com participação. Assim, as estratégias são apresentadas mais como um “lutar contra” e menos como um “propomos algo”, porque, naquele momento, a materialidade da proposta é a própria multiplicidade de relatos e a visibilidade dos diferentes, cujos vínculos estão para além do funcional, são afetivos.

Dito de outra forma, para as fronteiras entre lares e ruas foram criadas pontes, para as limitações de um olho político emergiu a simbiose entre milhares de olhos, permitindo o debate, a criação de resistência e a manifestação de solidariedade. Poderíamos indagar: a

⁵Disponível em:

<www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164308700393950/196883160469837/?type=3&theater>. Acesso em 6 de out. de 2020.

fluidez de múltiplos relatos ou discursos abre então espaço a todos? Inclusive aos que exercem poder sobre outros? Se a resposta se basear na reflexão de que existe uma malha de poder no tecido das relações sociais, a resposta é sim. Entretanto, se estivermos pensando em processos sociais mais amplos, as respostas talvez não sejam tão simples. Nas Jornadas de Junho, em dado momento, era sabido quem não cabia nesse campo dos insurgentes: os aparatos repressivos do Estado, a mídia empresarial, os segmentos públicos e privados que restringiam o direito ao transporte, os que negavam à multidão o seu próprio protagonismo. A partir dessas confluências, não há como não reconhecer a existência de práticas discursivas mais reincidentes que outras.

Nesse sentido, ao analisar a ideia de cobertura colaborativa como instrumento que articula vários indivíduos e identidades, atribui-se, de alguma forma, ao sujeito Mídia Ninja, a força do discurso. As assinaturas das fotos como Mídia Ninja, inclusive, bem como a forma do coletivo falar de si na terceira pessoa, o coloca como porta-voz dessa multiplicidade.

É possível fazer dessa prática uma associação com o que Foucault (2006d, p. 56) designa como “função autor”, a qual para ele, “não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários ‘eus’ em simultâneo, a várias posições-sujeitos que diferentes indivíduos podem ocupar”. Nesse sentido, o nome de autor diz menos respeito à ideia de nome próprio de um indivíduo, e está mais ligado à noção de função autor, como modo de funcionamento de discursos associados entre si e seus efeitos de sentido na sociedade.

Um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificatória; um tal nome que permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, seleccioná-los opô-los a outros textos. Além disso, o nome de autor faz com que os textos se relacionem entre si; (...) mas o fato de vários textos terem sido agrupados sob o mesmo nome indica que se estabeleceu entre eles uma relação seja de homogeneidade, de filiação, de mútua autenticação, de explicação recíproca ou de utilização concomitante. (FOUCAULT, 2006d, pp. 44-45).

No contexto da multidão que não deseja ser usurpada em sua potência, que não deseja ser associada a personalidades que representem uma velha forma de fazer política, que não deseja ser uma massa manipulada para benefício de alguma específica organização política, que não deseja que uma única representação de gênero, etnia, raça, localidade ou classe se transforme no rosto do movimento, a Mídia Ninja ofereceu a perspectiva do anonimato célebre: um rosto encoberto que pode adquirir várias posições enunciativas. Um fluxo entre os “eus” e os “nós”.



Figura 2 – Captura de tela do Facebook 2. Fonte: Mídia Ninja⁶

⁶ Disponível em: <www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164272700397550/1029980097160135/?type=3&theater; www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164271240397696/1241110392713770/?type=3&theater; www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164271240397696/510453295779487/?type=3&theater>. Acessado em: 6 de outubro de 2020.

A foto do perfil do coletivo Mídia Ninja é um gorro negro, também chamado de *balaclava* ou *pasamontañas*. Muitos sentidos poderiam ser atribuídos a essa escolha: a vinculação direta do nome coletivo ao personagem “ninja”, a proteção da identidade do ativista num contexto de manifestações com ações de repressão policial, e a possibilidade de poder ser porta-voz de múltiplas posições-sujeito, dentre outros.

Ninjas eram agentes ou mercenários cuja identidade era secreta no Japão feudal. Utilizavam máscaras, eram especialistas na luta *ninjútsue*, eram designados para atividades especiais que exigiam habilidades de espionagem, e lidavam com o imprevisível. Uma vez cumprida a missão, desapareciam sem deixar rastros. No popular, “ser ninja” virou sinônimo de alguém que consegue achar soluções em condições adversas – atributos necessários para quem sai a campo nas manifestações e as encara como batalha, buscando soluções, inclusive tecnológicas, dentro da precariedade.

Manter a identidade em segredo pode ser uma necessidade de segurança, mas também funciona como elemento de desresponsabilização dentro das normas institucionais. Você atribui as ações a um sujeito, mas não a um indivíduo nominado que pode responder juridicamente por seus atos. Precisamente daí advém também a necessidade que mídia e poder público tiveram de identificar um rosto por trás da máscara, a partir da quantidade de reportagens sobre o coletivo que foram feitas na época.

Nas figuras do “Recorte 2”, é possível identificar três momentos da relação dessa figura mascarada com os movimentos. No quadro maior, que é de uma campanha de arrecadação financeira pós 2013, o coletivo traz a noção de que a multidão é Ninja. Todos os olhos, ou todos os celulares, conectados, articulam-se nessa figura que paira sobre a multidão. Ou seja: por baixo da touca, muitas identidades. Ser Ninja é ser parte desta articulação de singularidades, é colaborar. Todavia, nesse caso, não mais uma colaboração na ação manifestante ou midiativista; em seu lugar uma colaboração monetarizada, que reflete um novo momento do coletivo.

As outras duas imagens refletem outra situação. Assim como a máscara da Mídia Ninja conseguiu carregar em si a representação de um processo em curso, há momentos que outros segmentos conseguem criar essa identificação com os outros setores, passando a ser instrumento que reverbera as insatisfações latentes. Com isso, ultrapassam os limites da própria Mídia Ninja, pois precisam mostrar explicitamente seu engajamento.

O caso do Ninja com as cores do arco-íris foi de 2015, encampando a luta do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis). Já a figura com lenço verde tem relação direta com a luta das mulheres pela legalização do aborto. O lenço verde foi o símbolo escolhido por milhões de mulheres argentinas que se mobilizaram pelo projeto de lei que legalizaria o aborto no país em 2019 e que foi rejeitado no Senado com 38 votos contrários e 31 a favor. O episódio ganhou repercussão internacional.

Esses apontamentos reforçam as características dos movimentos contemporâneos de laços que se formam e se desatam, que não são estáticos nem estáveis, que se movimentam num emaranhado de possibilidades, des(a)fiando o tempo todo a construção de estratégias de reconfiguração das relações de poder.

O cenário do ativismo digital mudou rapidamente nos anos pós 2013. Os movimentos progressistas, antiglobalização ou anti-neoliberais, possuíam quase uma espécie de *copyright* do ciberativismo, criando possibilidades, estabelecendo dinâmicas de mobilização, reformulando a estética e consolidando a noção do meio como intrínseco à mensagem. Porém, da mesma forma que as práticas de manifestação de rua transitam sempre entre novas e velhas práticas dependendo da potência do movimento, o ativismo digital passou a ser incorporado nas ações de outras matizes ideológicas e setores conservadores passaram a utilizar-se das redes digitais e a traçar estratégias para a sua ocupação, assim como fizeram com as mobilizações nas ruas.

Nesse cenário, a tradicional mídia empresarial também traçou estratégias para a ocupação das redes digitais, e o midiativismo considerado alternativo, insurgente ou anti-sistêmico não passou ileso às transformações nas redes e também buscou novas formas de

se agenciar.

Nessa nova (velha) forma de posicionamento é possível que as redes sociais talvez se apresentem em condições diferentes para operar essa disputa. São reflexões que sinalizam para o fato de que as redes digitais não se constituem, por si sós, uma estratégia. Elas são um espaço-tempo onde todos os ativismos se colocam, arena de todas as ideologias, inclusive as dominantes. Portanto, a todo momento, é necessário um olhar crítico sobre elas e o pensar sobre estratégias para a sua ocupação.

Na era do “pós-tudo” – pós-industrial, pós-mídia, pós-verdade –, o prefixo “pós” não representa necessariamente a ideia de um “novo”. Revela-se como uma indicação de desalinhamento a um modelo anterior ou de experimentação de modos de produção e de sociabilidade que não ocupam espaço hegemônico atualmente na sociedade, e que, a todo momento, podem se desenvolver ou se reconfigurar em um padrão anterior.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Moreira Davis. Foucault e o primado das resistências. **Cadernos De Ética e Filosofia Política - USP**, (2012), pp. 22-30.

ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

CORACINI, Maria José R. F. A Celebração do Outro na Constituição da Identidade. **Organon (UFRGS)**. Porto Alegre, v. 17, 2003, p.. 201-220.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. 2. ed. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Editora Senac, 2004.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber (1977). *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber: ditos e escritos iv**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, pp. 223-240.

_____. Diálogo sobre o Poder (1978). *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder, saber:**

Ditos e escritos IV. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, pp. 253-266.

_____. **A hermenêutica do sujeito:** Curso dado no Collège de France (1981-1982). 2. ed. Trad. Márcio Alves Fonseca; Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006c.

_____. **O que é um autor?** Trad. António F. Cascais e Eduardo Cordeiro. 6ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2006d.

_____. O Sujeito e o Poder. *In:* DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.

GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo.** São Paulo, v. 4, n. 11, 2007, pp. 11-25.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro. Janeiro: DP&A, 2006.

MASON, Paul. **Pós-capitalismo:** Um guia para o nosso futuro. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da Multidão. **Lugar Comum:** Estudos de mídia, cultura e democracia, Rio de Janeiro (UFRJ), n. 19-20, 2004, pp. 15-26.

NEGRI, Antonio. **La fábrica de porcelana:** Una nueva gramática de la política. Trad. Susana Lauro. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2008.

PELBART, P. Biopolítica. **Sala Preta**, n 7, pp. 57-66. 2007

SIMEÃO, Denise Anzorena. **Narrativas em disputa pelos olhares da mídia ninja:** da multidão à instituição. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2019, Campinas, São Paulo.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 2006.

TOURAINÉ, Alain. A sociologia pública e o fim da sociedade. **Caderno CRH.** Salvador, v. 22, n. 56, pp. 245-254, 2009.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SIMEÃO, Denise A.; AMARANTE, Maria de Fátima S.. Midiativismo à brasileira: apontamentos sobre sujeito e poder. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 13, n. 2, pp. 223-241, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-5930.2020v13n2.46786>.